



FISCALIZAÇÃO

Força Tarefa participa de evento em Brasília

A Força Tarefa Popular participa de um seminário realizado pela Câmara dos Deputados em Brasília, onde apresenta um painel Controle Social dos Recursos Públicos. O trabalho e a experiência da Força Tarefa estão sendo expostos por meio de fotos, recortes de jornais e denúncias. Segundo Arimatéia Dantas coordenador da entidade, o material exposto tem provocado muito debate e interesse dos participantes do seminário.

De acordo com ele, as pessoas estão vendo como um ótimo exemplo, a iniciativa piauiense de controle social

dos gastos públicos, onde é apontada como uma alternativa para diminuir a gestão fraudulenta dos recursos públicos.

Ele explicou que um dos temas expostos será a omissão do Ministério Público do Piauí, no que se refere ao não atendimento dos pedidos feitos pela Força Tarefa ao

órgão para que impetre ações para que os prefeitos do prestem contas dentro dos prazos legais. Outro fato questionado, pela coordenação da

Força Tarefa, é que o Procurador Geral de Justiça é a inamovibilidade dos Promotores de Justiça.

“Vamos aproveitar esta oportunidade para denunciar a omissão do Ministério Público diante das muitas petições que temos apresentado ao órgão que nada de satisfatório tem feito”, ressaltou Arimatéia Dantas. Ele disse que outro

ponto que é destaque no Seminário são os dez mandamentos para fiscalizar o erário público, apresentado pelo Coletivo de Políticas Públicas.

CÂMARA DEBATE RECURSOS PÚBLICOS

Entidade lutará por abertura e fiscalizações de contas

A Força Tarefa Popular levou 11 propostas para seminário, são elas: estimular a criação de núcleos de fiscalização; uma campanha nacional em prol da abertura das contas públicas; aperfeiçoar o texto da Lei de Responsabilidade Fiscal, como meio de dar maior transparência a fiscalização da aplicação dos

recursos públicos; medidas de segurança que defendam a integridade física dos fiscalizadores; utilizar a educação como meio para conscientizar sobre a fiscalização dos recursos públicos; campanha nacional de estímulo a realização de audiências públicas sobre fiscalização; campanha nacional de

implantação do controle interno da administração pública; a campanha nacional contra a prescrição dos atos de improbidade e a criação do cadastro nacional de crimes contra o patrimônio público; e a mudança no critério de escolha dos conselheiros dos Tribunais de Contas. (US)